

CORREIO ECONÔMICO



CNI/José Paulo Lacerda

Programa prevê R\$ 300 bilhões ao setor industrial

Pacote industrial joga ajuste fiscal ‘às calendas’

Por baixo da ‘pompa’ que cercou o lançamento, nesta semana, do programa federal (Nova Indústria Brasil) – que prevê R\$ 300 bilhões em financiamentos e subsídios ao setor industrial até 2026 – e o respectivo apelo de marketing pela ‘neointustrialização’ nacional, a preocupação crescente de economistas é com o agravamento do quadro fiscal, à medida que se

torna consenso no mercado que a equipe econômica não será capaz de atingir o déficit zero. Incerteza fiscal à parte, a sinalização perdulária do Planalto com relação às contas públicas, só serviu para elevar, na sessão dessa terça-feira (23), de 10,65% para 10,74%, a taxa paga pelo Tesouro Direto, enquanto o Tesouro Prefixado 2029, subiu de 10,39% para 10,49%.

Colapso iminente

Ante ao iminente pedido de recuperação judicial da Gol, a expectativa do setor é de que algumas rotas da companhia entrem em ‘colapso’, devido à ausência de funcionários de terceirizadas que prestam serviço em terra (**ground handling**), por falta de pagamento.

Ofício à Anac

Dona de um passivo que supera R\$ 50 milhões nos últimos 60 dias – segundo a Associação Brasileira das Empresas de Serviços Auxiliares ao Transporte Aéreo (Abesata) – a Gol enfrenta problemas, mais relacionados com prazo de pagamento do que atrasos deste.



MDAS/Divulgação

Programa federal atenderá 21,12 milhões de famílias

Bolsa Família atende beneficiários de NIS final 5

Com valor mínimo de R\$ 600, a Caixa Econômica Federal (CEF) efetuou o pagamento da parcela de janeiro do novo Bolsa Família a beneficiários com Número de Inscrição Social (NIS) de final 5. No entanto, levando em conta um novo adicional ao valor médio do benefício, o valor total deve subir para R\$ 685,61. No total, o

programa de transferência de renda do governo federal contemplará 21,12 milhões de famílias ou a R\$ 14,48 bilhões. Estão incluídos, o benefício Variável Familiar Nutriz, de R\$ 50, a mães de bebês de até seis meses de idade; de R\$ 50 a gestantes e filhos de sete a 8 anos, e R\$ 150, para famílias com crianças de até seis anos.

Horário extra

A partir de 11 de março próximo, a bolsa brasileira passará a estender, até 18h25, os negócios com contratos e minicontratos futuros de Ibovespa (IND e WIN, respectivamente), e até as 18h30, para os contratos e minicontratos futuros de dólar comercial (DOL e WDO).

CDBs ‘encolhem’

Confirmando viés que se acentua, desde o ano passado, as taxas dos CDBs (Certificados de Depósito Bancário) se mantêm em queda, a reboque do recuo geral de remuneração dos papéis prefixados. Já retorno dos títulos de dois anos caiu de 10,92% ao ano para 10,45% ao ano.

IA na B3

Com o objetivo de auxiliar colaboradores na gestão de tempo e produtividade, a B3 desenvolveu a plataforma B3 GPT, conjunto de ferramentas de inteligência artificial (IA), desenvolvido no ano passado que já conta com 20 mil interações mensais em chat corporativo.

Direções mistas

Por sua vez, os CDBs pós-fixados operaram em ‘direções mistas’. Enquanto a remuneração média de três, 12 e 24 meses avançou, a de seis e 36 meses recuou. A taxa dos pós-fixados de dois anos subiu de 100,77% para 101,28% do CDI, e o de três meses cresceu para 101,24%.

Despesas federais atingem quase metade do PIB nacional

‘Montanha’ de gastos respondeu por R\$ 4,6 trilhões em 2022

Por Marcelo Sigwalt

Pouco menos da metade de tudo o que o país arrecada anualmente. Este foi o montante de despesa do Governo Geral em 2022, de R\$ 4,630 trilhões (45,9% do PIB), segundo o Tesouro Nacional, ao citar dados referentes à primeira edição do boletim de despesas por função do Governo Geral (Cofog), divulgados nesta quarta-feira (24). Pelo mesmo critério, as despesas responderam por 42,7% do PIB.

De acordo com este estudo, a área de Proteção Social – que compreende gastos com benefícios previdenciários e programas de distribuição de renda, como o Bolsa Família – foi a que apresentou maior nível de despesas no ano retrasado, ao responder por R\$ 1,684 trilhão, o equivalente a 16,7% do PIB.

Logo depois, figuram os gastos com a área de Serviços Públicos Gerais – referente a despesas administrativas relativas aos juros da dívida pública, despesas administrativas gerais e aquelas referentes aos poderes legislativo e executivo – que somaram R\$ 1,096 trilhão, ou o correspondente a 10,9% do PIB.

Na sequência, aparecem os gastos com educação e saúde, que correspondera a 5,2% e 4,9% do PIB, respectivamente.

Considerando a análise por esfera administrativa, o governo central é o que responde pela maior execução da despesa, que soma R\$ 3,417 trilhões, seguida pelos governos estaduais (R\$ 1,369 trilhão) e governos municipais (R\$ 973,5 bilhões).

No que toca ao governo federal, as despesas mais ex-



Reprodução/Site Comoinvestir

Despesas do governo geral atinge quase metade do PIB

pressivas se referem à Proteção Social e Serviços Público, que representaram 36,4% e 23,7% da despesa total em 2022, respectivamente.

“Essa concentração em Proteção Social se explica pela responsabilidade do governo central pelo pagamento de benefícios do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), assim como do Bolsa Família, gastos que não possuem correspondência nas outras esferas”, assinalou, em nota, o Tesouro Nacional.

Já no caso específico da Saúde, foram as administrações municipais as responsáveis pela maior parcela da despesa (R\$ 254,3 bilhões), em decorrência de gastos com serviços ambulatoriais, concentrado nas prefeituras.

Na oportunidade, o Tesouro informou o presente bole-

tim, cuja publicação teve início em 2018, será substituído por uma versão mais abrangente, que contemplará, em detalhes, as despesas incidentes nas três esferas de governo.

“Essa ampliação a nível de Governo Geral possibilita a comparação com países com distintos arranjos federativos, além de ensejar a análise de como as esferas de governo brasileiras compartilham a execução de políticas públicas”, arrematou o documento do órgão federal.

Renúncia fiscal ‘assombrosa’

Se o volume de despesas do Executivo tupiniquim impressiona, o que não dizer da montanha ‘assombrosa’ de renúncias fiscais aplicadas pelo Planalto que, somente no ano passado,

somaram mais R\$ 136,8 bilhões, bem acima, portanto, dos R\$ 120,9 bilhões registrados em 2022, segundo informou, nessa terça-feira (23), a Receita Federal.

Em que pese o ‘pacote de bondades’ de renúncias palacianas, geralmente compensadas por novos repiques tributários, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, continua firme em sua ‘profissão de fé’ de que o tal equilíbrio das contas públicas será atingido, mesmo que o crescimento minguido das receitas o desaprove publicamente.

Arrecadação colhe desempenho positivo

Ao comentar o desempenho positivo da arrecadação, no ano passado, de R\$ 2,3 trilhões – o segundo maior da série histórica – a Receita atribuiu o resultado a alterações promovidas no âmbito da legislação tributária e por pagamentos atípicos (IRPJ e CSLL), tanto em 2022 quanto em 2023. Nesse rol, o Fisco observou crescimento de 21,6% da arrecadação de IRPF Capital, como reflexo da manutenção, em patamares elevados, da taxa Selic, ao longo de todo o ano passado.

Já as reduções das alíquotas de IPI e de PIS/Cofins sobre os combustíveis igualmente comprimiram a arrecadação desses tributos.

Pedido de recuperação da OSX é aceito

Por Guilherme Cosenza

Conforme a edição dessa terça-feira (23) do Correio da Manhã, a OSX Brasil conseguiu o direito de entrar para recuperação judicial pelo juiz titular Luiz Alberto Carvalho Alves, da 3ª Vara Empresarial do Tribunal de Justiça Estado do Rio de Janeiro. É a segunda vez que a empresa obtém esse direito, o que permitirá um respiro financeiro à empresa que integra o conglomerado do empresário Eike Batista. Ao contrário do que comumente é visto pelas empresas que entram com o recurso para conseguir a RJ, a OSX vê com otimismo o fato de a Justiça ter aceitado o pedido de recuperação.

“Além do sólido desenvolvimento da OSX no Complexo Industrial e Portuário do Açu, principal eixo de geração de novos investimentos e renda no Norte Fluminense, o Plano de



Petronotícias

Essa é a 2ª vez que a companhia pede medida à Justiça

Recuperação Judicial está também embasado nas mudanças estratégicas promovidas pela atual gestão que proporcionaram novas oportunidades comerciais, como a celebração de novos contratos com o Grupo OSX”, explicou a empresa através de sua assessoria com exclu-

sividade a equipe do Correio da Manhã. Segundo a empresa, a nova RJ vai permitir a continuidade do trabalho, que já trouxe mais de R\$ 2 bilhões em novos contratos, além de R\$ 600 milhões em investimentos de infraestrutura na área OSX Açu gerando 1.200 empregos

Governo e aéreas debatem crise

Por Marianna Holanda (Folhapress)

O governo do presidente Lula (PT) vai se reunir na tarde desta quarta-feira (24) com executivos das três companhias aéreas brasileiras, Gol, Latam e Azul, para discutir a crise no setor.

O encontro será no Palácio do Planalto, coordenado pelo ministro Rui Costa (Casa Civil), com Silvío Costa Filho

(Portos e Aeroportos) e um representante da Petrobras, segundo relatos. Não há, segundo auxiliares palacianos, expectativa de anúncio nesta quarta.

As companhias têm se queixado de uma crise nos caixas que se arrasta desde a pandemia da Covid-19, quando perderam recursos e o então governo Jair Bolsonaro (PL) não elaborou um programa de auxílio para elas.

Outra queixa tem sido o

preço do querosene, combustível utilizado pelos aviões. O governo, contudo, diz que já houve no final do ano passado queda no valor e que não seria possível descer “na marra”.

Uma das possibilidades na mesa do governo é avaliar como está a margem de lucro das distribuidoras nos aeroportos, onde as aeronaves são abastecidas, para checar se há alguma distorção. Segundo relatos, está sendo feito um levantamento

sobre isso.

Como mostrou a coluna Painel S.A, a Gol cogita pedir recuperação judicial nos Estados Unidos. Pessoas que participam das conversas afirmam que aderir ao Capítulo 11 da lei norte-americana de falências é mais vantajoso do que pedir recuperação judicial no Brasil. Abririam-se, por exemplo, mais possibilidades de financiamento no exterior, além da ajuda federal.